

— Colección *Comunicación y Pensamiento* —

COMUNICACIÓN Y CAMBIO CLIMÁTICO. CONTRIBUCIONES ACTUALES

Coordinadores

Rogelio Fernández-Reyes
Daniel Rodrigo-Cano
Ilza Maria Tourinho Girardi

Autores

(por orden de aparición)

Ilza Maria Tourinho Girardi
Eloisa Beling Loose
Débora Gallas Steigleder
Rogelio Fernández-Reyes
Cláudia Herte de Moraes
Daniel Rodrigo-Cano
Mariana Alves Campos
Maite Mercado
Maria Josep Picó Garcés
Eliege María Fante

COMUNICACIÓN Y CAMBIO CLIMÁTICO. CONTRIBUCIONES ACTUALES

Ediciones Egregius
www.egregius.es

Coordinadores:

- Rogelio Fernández-Reyes
- Daniel Rodrigo-Cano
- Ilza Maria Tourinho Girardi

Autores:

- Ilza Maria Tourinho Girardi
- Eloisa Beling Loose
- Débora Gallas Steigleder
- Rogelio Fernández-Reyes
- Cláudia Herte de Moraes
- Daniel Rodrigo-Cano
- Mariana Alves Campos
- Maite Mercado
- Maria Josep Picó Garcés
- Eliege Maria Fante

Diseño de cubierta y maquetación: Francisco Anaya Benítez

© de los textos: los autores

© de la presente edición: Ediciones Egregius

N.º 67 de la colección Comunicación y Pensamiento
1ª edición, 2020

ISBN 978-84-18167-42-3

NOTA EDITORIAL: Las opiniones y contenidos publicados en esta obra son de responsabilidad exclusiva de sus autores y no reflejan necesariamente la opinión de Ediciones Egregius ni de los editores o coordinadores de la publicación; asimismo, los autores se responsabilizarán de obtener el permiso correspondiente para incluir material publicado en otro lugar.

JORNALISMO E MEGAMINERAÇÃO NEGAM IMPACTOS E RALAÇÃO COM MUDANÇA CLIMÁTICA

ELIEGE MARIA FANTE

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

DRA. ILZA MARIA TOURINHO GIRARDI

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

RESUMO

Este artigo se baseia na pesquisa de doutorado, concluída em 2020, sobre as notícias do jornal *Correio do Povo* em um contexto de desmonte de políticas públicas ambientais e de neoliberalismo global. O recorte focou a mineração no estado do Rio Grande do Sul como o tema a evidenciar a disputa de saberes e de poderes entre os atores da sociedade, mostrando como o jornalismo hegemônico brasileiro está separado da realidade da mudança climática na cobertura ambiental. Considera-se o Jornalismo uma forma de produção de conhecimento (MEDISCHT, 1997) e utiliza-se o instrumental teórico e metodológico da arqueologia foucaultiana (FOUCAULT, 2002; 2006). Observou-se que todas as notícias que circularam no *Correio do Povo* sobre a exploração de carvão mineral repetiram o discurso oficial e equivocado do governo, como o de que usinas termelétricas podem ser sustentáveis e/ou não poluentes. O discurso econômico materializou-se na apresentação do volume dos investimentos e do número de empregos como se fosse o suficiente diante da devastação ambiental que um projeto de megamineração provoca, além da desagregação das comunidades atingidas. O lugar discursivo contrário às tecnologias e/ou o governo, o empreendedor e o empreendimento foi o lugar cedido aos ambientalistas, aos técnicos ambientais e aos demais críticos aos projetos megaminerários.

INTRODUÇÃO

Este artigo é baseado na pesquisa de doutorado da primeira autora, concluída em 2020, sobre a política ambiental do estado do Rio Grande do Sul e as relações com os poderes político e econômico. Mostra-se as transformações nos discursos do jornal *Correio do Povo* em um contexto de desmonte da política pública ambiental do estado, entre 2003 e 2018, e de neoliberalismo global.

O *Correio do Povo* é um dos principais jornais brasileiros e foi fundado em 1895 por Francisco Antônio Vieira Caldas Junior em Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul. Em 1986 passou a ser dirigido pelo empresário e economista Renato Bastos Ribeiro e, desde 2007 pertence ao Grupo Record, assim como as demais mídias do antigo grupo (*TV Guaíba* e *Rádio Guaíba*), ligado à Igreja Universal do Reino de Deus.

Entre os temas tratados na tese, optou-se por abordar neste artigo o da mineração de carvão devido à sua influência na mudança do clima. No Brasil, o carvão, concentra-se no Rio Grande do Sul, sob as formas lignito e sub-betuminoso. Uma das jazidas, a de Candiota, possui 38% de todo o carvão nacional (ANEEL, 2002, p. 136). Do ponto de vista energético, o produto é tido como de má qualidade por apresentar elevado teor de impurezas. Por isso, não pode ser transportado e oferece menor rendimento da usina termelétrica. A ANEEL³⁴ (2002) reconhece os “significativos impactos socioambientais” decorrentes da exploração do carvão mineral:

A ocupação do solo exigida pela exploração das jazidas, por exemplo, interfere na vida da população, nos recursos hídricos, na flora e fauna locais, ao provocar barulho, poeira e erosão. O transporte gera poluição sonora e afeta o trânsito. O efeito mais severo, porém, é o volume de emissão de gases como o nitrogênio (N) e dióxido de carbono (CO₂), também chamado de gás carbônico, provocado pela combustão. Estimativas apontam que o carvão é responsável por entre 30% e 35% do total de emissões de CO₂, principal agente do efeito estufa [...]. (ANEEL, 2002, p. 140).

34 Agência Nacional de Energia Elétrica.

O capitalismo neoliberal é fossilista e dependente dos mercados e fontes de energia e matérias-primas não renováveis (PORTO-GONÇALVES, 2006). O Brasil é um dos países que tem sofrido a depleção dos bens naturais e coletivos, como os minerais e, contribuído, através dos seus governos e políticas públicas, para a transformação dos ecossistemas com perda de biodiversidade devido às monoculturas e à extração de minérios. Dentro dessa visão, os bens naturais e coletivos são tidos como *commodities*, mercadorias cujo preço é determinado pelo mercado internacional.

David Harvey (2008) constatou essa adesão ao neoliberalismo, por diversos países neste segundo milênio, através de práticas como desregulação, privatização e retirada do Estado de muitas áreas do bem-estar social, como emprego, seguridade e saúde. As políticas de austeridade fiscal, controle monetário e a lógica do Estado mínimo se fortaleceram entre 2003 e 2018. Svampa e Viale (2014) relacionam este contexto ao da reprimarização da economia de países da América do Sul, por meio da exportação de petróleo, metais, minerais, além dos produtos agrários.

O segundo governo Lula e o primeiro governo Dilma, ligados à esquerda brasileira, destinaram recursos do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC)³⁵ para construir novas usinas termelétricas, além das cinco existentes no Rio Grande do Sul. O projeto civilizatório se perpetua calcado na ideia de desenvolvimento o qual pode ser traduzido como dominação da natureza independente de seus limites quanto ao volume a ser explorado, a qualidade da matéria-prima, ao risco de contaminação da biodiversidade, incluída a espécie humana, ao conflito e impactos provocados aos povos originários, negros e mulheres. “Afim, ser desenvolvido é ser urbano, é ser industrializado, enfim, tudo aquilo que nos afaste da natureza e que nos coloque diante de constructos humanos, como a cidade, como a indústria.” (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 62).

35 “[...] Plano Decenal de Expansão de Energia Elétrica (PDEE 2006/2015 – MME/EPE, 2006) [...] [...] Plano Nacional de Energia 2030.” (IDEM, p. 138).

Os projetos de megamineração com apoio dos governos em andamento no Rio Grande do Sul e à revelia das suas comunidades são: exploração de fosfato em Lavras do Sul, carvão mineral nos municípios de Charqueadas e Eldorado do Sul, titânio em São José do Norte, zinco, chumbo e cobre em Caçapava do Sul³⁶. Estes se somam aos mais de 150 projetos de mineração no estado em andamento em algum nível.

METODOLOGIA

Para a análise utilizou-se o referencial teórico-metodológico foucaultiano da Arqueologia (FOUCAULT, 2002; 2006) acrescido das contribuições de teóricos do Jornalismo e um olhar mais específico do Jornalismo Ambiental.

O Jornalismo Ambiental considera que o conhecimento sobre as questões ambientais, produzido e reproduzido de si/seus pares e de outros atores sociais, constituem o princípio (ou um importante contribuinte) para a construção das subjetividades em torno de mobilizações (ou não) em prol de políticas públicas coerentes com o momento histórico vivido pela humanidade. Precisamente nos referimos ao Antropoceno caracterizado pelo aumento da capacidade de transformação da superfície terrestre que o ser humano alcançou a partir do século 18 com a Revolução Industrial e a criação da máquina a vapor e do motor à explosão. A consequência é a extinção de espécies da fauna e da flora e a constatação da inviabilidade do modo de viver humano moderno por depender intensivamente do ciclo do consumo e da extração. Daí a urgente busca por outros modos de existir e de viver, não restritos ao crescimento infinito e ao desenvolvimento.

A própria biodiversidade oferece as saídas, segundo Brack (2011), como o conhecimento do seu uso e aproveitamento local ao contrário da lógica liberal e neoliberal de hegemonizar alguns tipos de alimentos (eliminando outros do mercado e da dieta) e criando *commodities* as quais só

36 Estes municípios distam de Porto Alegre, capital do estado em: 318 Km Lavras do Sul; 53 Km Charqueadas e 10 Km Eldorado Sul; 340 Km São José do Norte; 255 Km Caçapava do Sul. Recuperado de <https://www.daer.rs.gov.br/distancias-porto-alegre-municipios>

tem sentido na ordem da globalização cuja mirada é estritamente economicista, de oligopólios e excludente.

Apesar de o Brasil ser considerado o país campeão da biodiversidade, grande parte da energia alimentar é baseada em espécies exóticas. Entre estas espécies, o país é o maior produtor de cana-de-açúcar e o maior exportador mundial de açúcar e álcool. Também é o maior exportador global de café e está em segundo lugar na produção e exportação de soja, atrás apenas dos Estados Unidos. (BRACK, 2011).

Além de prejudicar a saúde pela precária alimentação, a perda³⁷ de variedades e de espécies cultivadas por milênios pelos povos originários, que as adaptaram para o uso das futuras gerações, materializa o desatar dos laços comunitários e o rompimento com estruturas de saber que viabilizaram a existência humana na superfície da Terra. Tudo isso em apenas três séculos e sem considerar a relação entre biodiversidade e saúde.

Em acordo com Robert Park (2008), admitimos este papel mobilizador do Jornalismo na sociedade para a resolução dos conflitos. Posição que converge com a de Eduardo Medischt (1997) diante da responsabilidade que pesa sobre o Jornalismo, por constituir uma forma de produção de conhecimento, e sobre o exercício da profissão³⁸ que depende de incansável aperfeiçoamento da prática.

Girardi et al (2012, p. 149) atribuem ao Jornalismo Ambiental a virtude de “[...] incorporar a participação, elemento central do nosso tempo, em que os cidadãos têm a possibilidade de serem incluídos mais fortemente na discussão da vida social, trazendo luzes para as preocupações ambientais [...]”. Os preceitos éticos da profissão justificam o impulso por acompanhar as mobilizações, descrever ameaças e os impactos sofridos no contexto dos conflitos ambientais que incluem o meio urbano,

37 Ressalta que “[...] grande parte das espécies ainda é desconhecida, principalmente espécies de invertebrados, plantas, fungos e microrganismos.”

38 No Brasil, a validade do diploma de jornalista foi revogada pelo Ministro do Supremo Tribunal Federal, Gilmar Mendes, em 2009. E o registro profissional está ameaçado pela Medida Provisória 905/2019 do presidente Jair Bolsonaro.

natural e rural, atingindo a cidadania como um todo (em todas as classes) porém em escalas variadas.

RESULTADOS

A partir dessa fundamentação teórica do Jornalismo, o instrumental foucaultiano da arqueologia (FOUCAULT, 2002; 2006) viabilizou a descrição da discursividade do jornal Correio do Povo sobre o desmonte da política ambiental do estado do Rio Grande do Sul. Os enunciados e os acontecimentos discursivos identificados evidenciaram as relações entre os saberes e os poderes em disputa entorno dessa política pública.

A análise detectou a polarização da cobertura através da apresentação das fontes ouvidas e os seus argumentos. O jornal Correio do Povo situou os ambientalistas e técnicos ambientais no polo contrário às tecnologias e/ou contra os governos, os empreendedores, os empreendimentos. O oposto do lugar cedido aos membros dos governos que utilizaram argumentos economicistas para defender os investimentos das empresas. Outros fatos, como as discussões em torno das diferentes visões de mundo, foram repercutidos pelo jornal Correio do Povo como polêmica, quando na realidade eram a visão científica e/ou ambientalista, baseada na ciência, desmontando os argumentos da visão estritamente comercial.

Não obstante os governos brasileiro e do Rio Grande do Sul soubessem da poluição que representa a exploração de carvão mineral e a produção de energia termelétrica, no início deste segundo milênio, seguiram insistindo - apesar das informações que pesquisadores de universidades e técnicos de órgãos e entidades ambientais fizeram circular entre 2003 e 2018. Em nível internacional, as informações se ampliaram e passaram a ser relacionadas, com maior certeza científica, ao aquecimento global de causa antrópica e a mudança climática, caracterizada, dentre outros, pelo aumento da temperatura média na atmosfera do planeta.

O caso da exploração de minérios dentre eles o carvão, circulou no jornal Correio do Povo com maior intensidade e pressão de políticos e setor produtivo para a sua concretização. Notícia de 2004 anunciou a retomada das pesquisas de recursos minerais no Rio Grande do Sul:

[...] iniciaram o mapeamento geológico de jazidas carboníferas e de cobre em Hulha Negra, de áreas de extração de ametista e ágata em Sobradinho e Iraí, e a prospecção de ouro e cobre na bacia do rio Camaquã. A previsão é de que as análises estejam concluídas em 18 meses. O anúncio foi feito ontem pelo diretor [...] da Companhia de Pesquisas em Recursos Minerais (CPRM) [...] que junto com o secretário do Meio Ambiente Adilson Troca, estabeleceu convênio de cooperação técnica para o gerenciamento dos recursos hídricos do RS. O mapeamento geológico básico estava paralisado havia 20 anos no país. [...]. (CP, 9 jul. 2004).

O projeto Mina Guaíba foi anunciado em 2010 e causou estremecimento em grande parte da população preocupada com a já precarizada qualidade de vida na região metropolitana de Porto Alegre, devido à poluição do ar e da água. A primeira notícia no Correio do Povo, intitulada “Ambientalistas contra mineração”, informava que o projeto da Copelmi³⁹ previa a mineração a céu aberto por 30 anos (CP, 9 set. 2010). A Carta da Assembleia Permanente de Entidades de Defesa do Meio Ambiente do Rio Grande do Sul (Apedema-RS) de 2011 com o “alerta sobre os danos socioambientais do uso do carvão mineral do RS”⁴⁰ foi ignorada por este jornalismo. Em vez de polarizar os argumentos das fontes, caberia mais ao Jornalismo descrever as respectivas posições, rumar além da classificação entre bem e mal ou outra dualidade, porque a realidade é complexa.

Em 2013, a notícia sobre a inclusão do carvão nos leilões de energia foi estritamente econômica ao ressaltar a “nova chance de valorização” para o carvão gaúcho, que poderia render R\$ 7,5 bilhões. O governador Tarso Genro (PT) festejou a novidade: “Obviamente, temos de ter todos os cuidados ambientais. Afinal, somos um dos maiores depósitos de carvão para produção de energia térmica do país.” (CP, 20 mar. 2013).

Dias depois, o discurso do secretário do Meio Ambiente, Hélio Corbellini, pareceu conciliador ao sinalizar o papel do governo de “priorizar investimentos que tenham essa mesma lógica, de respeitar as áreas de

39 Companhia de Pesquisas e Lavras Minerais

40 Recuperado de <https://tinyurl.com/t3kzpt2>

preservação ambiental, e incentivar cada vez mais pesquisas voltadas ao uso sustentável do carvão”. A notícia abordava a assinatura do protocolo de intenções de investimento de R\$ 6 bilhões em usinas termelétricas e informava que cinco já funcionavam no Rio Grande do Sul, entre as quais estavam as que respondiam por 13,52% da geração de energia. (CP, 31 mar. 2013).

A notícia de 2018 mencionou o conteúdo do documento "Mineração no RS: Diagnóstico Setorial e Visão de Futuro" que foi “desenvolvido em coautoria com o Serviço Geológico do Brasil (CPRM⁴¹) e o DNPM⁴² e teve a colaboração da Fepam⁴³ e outras entidades (CP, 23 nov. 2018). Percebe-se aqui o papel destinado ao órgão ambiental responsável pelo licenciamento, a Fepam⁴⁴, como mera colaboradora, com o agravante de coincidir com o momento da extinção do órgão de excelência em pesquisa e planejamento (a FZB⁴⁵), que também desenvolvia este tipo de estudo. Para o governador José Ivo Sartori (PMDB, 2015-2018), “Destravamos a discussão sobre o carvão no Rio Grande do Sul, apontando como referência a evolução tecnológica e ambiental que já é uma realidade no Japão para produção de energia com sustentabilidade ambiental. Trabalhamos para trazer esta realidade para o Estado”⁴⁶, o que nos remete às viagens nos primeiros anos do mandato ao Japão e as parcerias que vinham sendo buscadas ainda em governos anteriores.

O documento assinado por 20 entidades, divulgado no Dia do Meio Ambiente de 2017, descreveu o “processo de guerra contra o meio ambiente, com destaque às políticas do governo do Estado, que se refletem

41 Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais, atualmente denominada Serviço Geológico do Brasil.

42 Departamento Nacional de Produção Mineral.

43 Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luiz Roessler.

44 Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luiz Roessler.

45 Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul extinta pelo governo José Ivo Sartori (MDB) em 2018.

46 Recuperado de <https://tinyurl.com/sxtgmq5>

em leis que trazem o desmonte da Sema⁴⁷ e das Fundações do Rio Grande do Sul⁴⁸. Afirma:

[...] nesta Semana de Meio Ambiente uma comitiva chefiada pelo governador foi ao Japão oferecer parceria para explorar o carvão mineral do Estado bem como conhecer o suposto modelo de sustentabilidade de uma usina de carvão da empresa Tepco, mais conhecida pelo recente desastre nuclear em Fukushima. Ignoram as múltiplas evidências científicas que ligam o crescimento da quantidade de gases de efeito estufa com os registros recordes de subida da temperatura da atmosfera do Planeta. Demonstam, assim, desconsideração ao cumprimento do Acordo de Paris sobre as Mudanças Climáticas, acordo que prevê limitar este aumento em 1,5° C até o final do século XXI a fim de evitar o agravamento das tragédias socioambientais associadas às mudanças climáticas. [...].”

Todas as notícias que circularam no Correio do Povo sobre a mineração e, em especial relacionadas ao carvão mineral, repetiram o discurso oficial do governo do estado do Rio Grande do Sul. Embora saibamos que é também sua função alertar e evitar a difusão de enganos, como o de que usinas termelétricas podem ser sustentáveis e/ou não poluentes. A cobertura da missão do governo no Japão valorizou a defesa do carvão gaúcho para garantir a energia:

"Há um preconceito [com o uso do carvão] em razão do passado. E hoje temos um grande esforço pela busca de energia sustentável," afirmou a secretária estadual do Meio Ambiente, Ana Pellini, integrante da missão gaúcha e favorável a implementação de uma usina com essa tecnologia no Rio Grande do Sul. "Estão sendo feitos muitos estudos e, quanto mais embasados, mais rápido os técnicos da Fepam, que serão rigorosos, aprovarão," projetou ela. "Tomaremos cuidado inclusive com a paisagem," garantiu. A opinião é respaldada pelo secretário de Minas e Energia, Artur Lemos: "Temos que tirar do imaginário a usina suja". (CP, 6 jun. 2017).

Futuro presidente da federação das Indústrias do RS (Fiergs) [...], que acompanha a delegação, salientou a importância do investimento do carvão. "Temos que ter matrizes que assegurem energia. O consumidor

47 Secretaria Estadual de Meio Ambiente.

48 Recuperado de <https://tinyurl.com/wagebya>

quer ligar o interruptor e ter luz, não importa se chove pouco na região da usina hidrelétrica,” comparou. “O carvão oferece esta segurança.” “A energia mais cara é a que não temos,” afirmou o secretário de Minas e Energia Artur Lemos, exemplificando que o Estado importa energia elétrica, mesmo tendo a maior reserva de carvão do Brasil. [...]. (CP, 6 jun. 2017).

Embora os projetos de megamineração sejam rechaçados pelas comunidades a serem atingidas e também por pesquisadores e professores de universidades e de outros órgãos, convicto e persuasivo é o discurso dos políticos e das empresas que acabam reproduzidos por muitos meios de comunicação. O discurso econômico caracterizado pela apresentação do volume dos investimentos e do número de empregos parece ser o suficiente, segundo o governo, para suplantar as demais ponderações:

O diagnóstico ressalta os investimentos previstos no Estado que somam R\$ 1,3 bi. O projeto Fosfato Três Estradas, que prevê investimentos de R\$ 184 mi e a geração de 350 empregos. O projeto Retiro, classificado como jazida nível mundial, para exploração de titânio e zircônio com investimento de R\$ 800 mi e 350 empregos e o projeto Caçapava do Sul de zinco, chumbo e cobre, que vai gerar 450 empregos e investimento de R\$ 37 mi.⁴⁹

De fato, o discurso tornado único em favor dos investimentos monetários e sem a contabilidade e a divulgação dos custos sociais e ambientais, pouco difere da imprensa estatal em comparação com a imprensa hegemônica:

[...]. A meta é potencializar esses recursos como instrumentos de desenvolvimento econômico. "Ou seja, o uso dessa riqueza com uma abordagem nova, olhando matriz econômica, exportações e importações", complementa a secretária.

Um exemplo citado pela dirigente são os agrominerais como nitrogênio, fósforo e potássio que são importados pelo setor agrícola, mas existe a possibilidade da extração desses itens no Estado. Essa prática significaria uma fonte de suprimento nacional e a substituição da compra de outros países. Susana informa que, em 2016, o Brasil gastou quase US\$ 2

49 Recuperado de <https://tinyurl.com/sxtgmq5>

bilhões com a importação de potássio e com o nitrogênio cerca de US\$ 1,5 bilhão. [...].⁵⁰

Passou despercebida - ou talvez tomada como irrelevante pela imprensa hegemônica - uma questão levantada pelo professor da Universidade Federal de Pelotas e integrante do Movimento Gaúcho em Defesa do Meio Ambiente (Mogdema), Althen Teixeira Filho, ao menos desde 2008. Nos referimos ao interesse das empresas e corporações da silvicultura para a produção de celulose nas terras do Rio Grande do Sul, para, posteriormente, explorarem os minérios. O levantamento de dados no site da Agência Nacional de Mineração⁵¹ mostrou que em 2007 houve o maior pico do período quanto ao número de Requerimentos de Registros de Extração, com 972 intenções. O segundo pico foi em 2014 (196) e outro em 2017 (264), mas, sem dúvida, o que houve em 2007 surpreende e foi o ano da aprovação do documento regrador da atividade da silvicultura para a produção de celulose no Rio Grande do Sul.

O professor Althen manteve na pauta do movimento ambientalista a relação direta da degradação dos solos através dos plantios arbóreos exóticos (eucalipto, pinus e acácia) com a mineração, que segundo ele, é a alternativa produtiva sequencial. Em 2012, por conta das alterações propostas ao Código Florestal Federal brasileiro, este professor alertou:

[...] no município gaúcho de São Sepé, segundo Althen, áreas públicas como a praça central e uma propriedade privada tiveram permitidas a pesquisa do solo em busca de ouro, entre outros minerais. Dentre as requerentes destas autorizações estão empresas de celulose e metalúrgicas. As mesmas são responsáveis pelo financiamento de campanhas eleitorais dos políticos da chamada bancada ruralista. "A Votorantim plantou a monocultura de árvores na Serra das Encantadas, aqui no Rio Grande do Sul, e depois que o solo estiver exaurido vai explorar minérios, como o zinco, cuja pesquisa já iniciou," disse Althen. [...].⁵²

50 Recuperado de <https://tinyurl.com/vj2vxkn>

51 Recuperado de <https://tinyurl.com/qp29zszs>

52 Recuperado de <https://tinyurl.com/tbvatoo>

Na própria audiência pública promovida pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), em 2014, o professor Althen reiterou o alerta:

[...] uma das empresas que explorou, e explora, aqui, no Rio Grande do Sul, o plantio de chamadas florestas, que é eufemismo, que, na realidade, são lavouras de árvores, já tem um pouco mais de 320 mil hectares de subsolo reservado para mineração de cobre e zinco, na metade Sul, no Bioma Pampa. [...]. (CNMP, 2014, p. 72).

Segundo informações disponíveis no site da Agência Nacional de Mineração, o número de Requerimentos de Pesquisa seguiu aumentando em 2008 com 609 até 2016 com 959. Os picos foram alcançados em 2012 (1179), em 2014 (1008) e em 2015 (1180). Em 2013 houve a inclusão do carvão nos leilões de energia do governo federal (CP, 20 mar. 2013) e grande repercussão entre o final do governo Tarso Genro (2014) e o início do governo José Ivo Sartori (2015). De fato, foi nestes dois governos que o Rio Grande do Sul chegou à terceira posição (2014 e 2015) no ranking nacional dos estados da federação em relação ao número de requerimentos. Nos demais anos desses dois governos, o Estado ocupou o quarto e o quinto lugar no ranking. Por fim, destacamos que entre 2012 e 2015 o número total de requerimentos não baixou de 1500, tendo sido: 2012, com 1753; 2013, com 1563; 2014, com 1679; e 2015, com 1788.

Neste contexto surgiu o Comitê de Combate à Megamineração no Rio Grande do Sul⁵³ cujo manifesto intitulado “Sim à vida! Não à destruição!” apresenta o pouco que se sabe sobre os projetos, busca a realização de audiências públicas e defende a realização de plebiscitos. Mais de 120 órgãos e entidades signatárias têm buscado complexificar o debate sobre a qualidade dos projetos, produzindo conhecimento junto às comunidades.

Baseado nestes estudos, o Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH) recomendou ao órgão ambiental do Rio Grande do Sul responsável pelo licenciamento, em dezembro de 2019, a anulação da

53 Recuperado de <https://tinyurl.com/s8rentt>

Licença Prévia do Projeto Fosfato Três Estradas da empresa Águia a ser implantado em Lavras do Sul. Neste mesmo mês, os especialistas integrantes do Comitê lançaram o dossiê “Painel de Especialistas – Análise Crítica do Estudo de Impacto Ambiental da Mina Guaíba”⁵⁴. A área almejada pelo projeto da Copelmi se situa nos municípios de Charqueadas e Eldorado do Sul e dista 16 km do centro de Porto Alegre. A área a ser devastada com a exploração de carvão a céu aberto é de cinco mil hectares. Em São José do Norte, o projeto Retiro da Rio Grande Mineração (RGM) obteve licença prévia do Ibama para extrair titânio no litoral gaúcho. Mas, o Plano Diretor do município aprovado pelos vereadores e sancionado pela prefeita Fabiany Zogbi Roig, em junho de 2019, proíbe a mineração “de portes médio, grande e excepcional para todos os tipos de mineração e em todas as zonas do município, além da proibição para todos os portes de lavra de minério metálico a céu aberto, conforme os parâmetros estabelecidos pela Resolução 372/2018 do Conselho Estadual do Meio Ambiente (Consema)”⁵⁵. Em Caçapava do Sul, o projeto que leva o nome do município e é da Nexa Resources planeja extrair zinco, chumbo e cobre de uma mina a céu aberto. Estão na fila mais de 150 projetos de mineração no Rio Grande do Sul cuja pretensão é tornar o Estado o terceiro maior minerador do país.

Como vimos, o discurso do neoliberalismo, de preponderância da razão econômica sobre as demais, apareceu também no governo conhecido como de esquerda, Tarso Genro (PT, 2011-2014) especialmente no caso do carvão mineral porque “poderia render R\$ 7,5 bilhões” com “todos os cuidados ambientais” (CP⁵⁶, 20 mar. 2013).

DISCUSSÃO E CONCLUSÕES

O estudo revelou que estamos longe de um jornalismo nas empresas de comunicação para além das fontes oficiais. Predominou na escolha das fontes os atores sociais ligados aos governos, ao poder Legislativo e ao

54 Recuperado de <https://tinyurl.com/wpq2pks>

55 Recuperado de <https://tinyurl.com/tl84ox8>

56 Correio do Povo.

saber jurídico. Com menor frequência e espaço, fontes oficiais da Ciência e dos movimentos sociais. Quando o Jornalismo vai buscar compreender os acontecimentos junto às comunidades sem ter nenhum representante de qualquer outro poder orientando o seu caminho? A formação profissional, técnica e intelectual do jornalista prevê esta competência.

A circulação da informação não poderia se sujeitar a uma dependência dos poderes já que visa atender ao coletivo predominantemente urbanizado sobre ecossistemas transformados, antropizados. A urbanização já implica devastação da natureza e extinções, considerando a interdependência da espécie humana com as demais da fauna e da flora. Além disso, os riscos na utilização de energia termelétrica e exploração de carvão mineral eram conhecidos desde o início deste milênio pelo governo brasileiro. Não obstante, os governos do Estado do Rio Grande do Sul trabalharam para a sua implementação entre 2003 e 2018. Já em nível internacional, as informações se ampliaram e passaram a ser relacionadas com maior certeza científica ao aquecimento global de causa antrópica e a mudança climática, caracterizada, dentre outros, pelo aumento da temperatura média na atmosfera do planeta. Constata-se que documentos de órgãos ambientais e de entidades ambientalistas vem sendo ignorados pelo jornal *Correio do Povo*.

Caso o jornalismo praticado por esse jornal estivesse atento ao interesse público e convencido de que os ecossistemas precisam ser protegidos para garantir as vidas que neles circulam, a cobertura teria sido mais equilibrada dando luz aos argumentos empregados pelas visões que estavam disputando projetos de desenvolvimento opostos. Entre os diversos problemas de cobertura detectados, se evidencia a falta de conhecimento para relacionar os efeitos das usinas termelétricas ao aquecimento do planeta, quando as mudanças climáticas deixaram de ser uma previsão. Urge que o Jornalismo, em especial o estudado na investigação e que deu suporte a este artigo, passe a perceber e a problematizar a dependência do desenvolvimento econômico em relação à conservação dos bens naturais e coletivos e à preservação ambiental.

REFERÊNCIAS

- ANEEL. (2002). Carvão Mineral. 129-141. In: Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). Atlas de Energia Elétrica do Brasil. Brasília, ANEEL. Recuperado de <https://tinyurl.com/wz7s5u6>
- BRACK, Paulo. (2011). Crise da Biodiversidade... Recuperado de <https://tinyurl.com/ugrbpxh>
- CNMP. CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO. Degravação: Audiência pública – A situação atual do bioma do Pampa e o papel do Ministério Público. Recuperado de <https://tinyurl.com/tmv9hsm>
- FOUCAULT, Michel. (2002). A arqueologia do saber. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. 6 ed. Rio de Janeiro: Forense-Universitária.
- FOUCAULT, Michel. (2006). Estratégia, poder-saber. Manoel Barros da Mota (Org.). Vera Lucia Avelar Ribeiro (Trad.). 2.ed. RJ: Forense Universitária. (Ditos e Escritos, IV).
- GIRARDI, Ilza Maria Tourinho; MASSIERER, Carine; LOOSE, Eloisa B.; SCHWAAB, Reges. Caminhos e descaminhos do jornalismo ambiental. C&S – São Bernardo do Campo, v. 34, n. 1, p. 131-152, jul./dez. 2012.
- HARVEY, David. (2008). O neoliberalismo história e implicações. SOBRAL, Adail; GONÇALVES, Maria Stela (Trad.). São Paulo: Edições Loyola.
- MEDITSCH, Eduardo. O jornalismo é uma forma de conhecimento? Recuperado de <https://tinyurl.com/ul3ppqab>
- PARK, Robert. (2008). Notícia e poder da imprensa (1941). In: BERGER, Christa; MAROCCO, Beatriz. A era glacial do jornalismo: teorias sociais da imprensa. Porto Alegre: Sulina, 71-82.
- PORTO-GONÇALVES, C. W. (2006) A globalização da natureza e a natureza da globalização. RJ: Civilização Brasileira.
- SVAMPA, Maristella; VIALE, Enrique. (2014) Maldesarrollo. La Argentina del extractivismo y el despojo [recurso eletrônico]. Buenos Aires: Katz.